



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

2. ECONOMIA, FINANÇAS, INVESTIMENTOS

RIO DE JANEIRO, 22 DE DEZEMBRO DE 1965.

NO INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA,
PERANTE OS NOVOS DIPLOMANDOS DA ES-
COLA SUPERIOR DE GUERRA.

É para mim renovado motivo de satisfação e de honra retornar a esta Escola, que me recorda gratas oportunidades da minha atividade profissional. E ao vos falar, quando mais uma turma de estagiários completa o curso ministrado com a elevada finalidade de formular e divulgar os objetivos fundamentais da nacionalidade, considereei pertinente lembrar-vos um conceito aqui mesmo por mim enunciado há cerca de três anos. «Está consagrado — dizia eu então — o entendimento de que a Política é a arte de conduzir os negócios do Estado-Nação, no sentido do progresso nacional, nos campos interno e externo. Cabe-lhe, antes de tudo, a tarefa da interpretação dos objetivos nacionais, permanentes e atuais. Para isso empreende constantemente uma revisão nessa apreciação e se aprofunda em todos os setores nacionais e na conjuntura internacional».

Agora, falando-vos como Presidente da República, posso assegurar-vos que jamais perdi de vista êsses métodos e objetivos. São êles que marcam a nossa rota. Dêles nada me desviará. E dentro dêsse rumo, destinado a alcançar a prosperidade do País e o bem-estar dos brasileiros, está o que desejo apresentar à vossa compreensão e julgamento.

Completa-se êste ano mais um ciclo no trabalho permanente desta Escola: o de formar uma doutrina de segurança nacional, em que haja imutabilidade na paixão patriótica e contínuo aperfeiçoamento de métodos e técnicas, crescente enriquecimento de informação fatural e tenaz adesão à objetividade de análise e racio-

nalidade de comportamento. Não estais aqui para cultivar mitos, ainda que jocundos, e sim para buscar a verdade, ainda que candente. Cabe-vos aceitar os fatos a fim de escapar à fatalidade.

Disse-vos no ano passado da tarefa de planejamento democrático. Alinhei os rumos visados e os estágios projetados da ação do Governo, quer no terreno da estabilização monetária, quer no campo do desenvolvimento econômico, quer no da reforma das instituições econômicas, sociais e políticas. Posso hoje assegurar-vos que alcançamos sólido progresso em todos êsses setores. Reduzimos a taxa de inflação à metade da do ano passado e a menos de um terço da que prevaleceu no trimestre anterior à Revolução. A taxa anual de desenvolvimento que havia declinado para menos de um e meio por cento em 1963, duplicou-se em 1964 e deverá alcançar 5% êste ano. Implantamos reformas econômicas e sociais destinadas à modernização de nossas instituições: estamos empenhados na tarefa de reformas políticas, não sômente para transformar a democracia real, mas também para que o voto democrático seja uma opção entre programas, e os partidos um sistema ideológico de ação corrente e não um conluio ocasional de interesses personalistas. Estamos longe de atingir o milênio de felicidade. Mas a Nação tem agora um sentido de rumo, contrastando com a confusão do passado. Muito do que era projeto é hoje rotina. E os planos de ontem cada vez mais se tornam a realidade de hoje.

Mas, meus caros diplomandos, a modernização das instituições e a reforma dos hábitos e costumes necessita ser acompanhada do que eu chamaria uma purificação semântica, tanto se alastrou a intoxicação provocada por *slogans* viciosos e viciados.

Os marxistas, especialistas nessa «retórica de desagregação», têm logrado apreciável êxito na tarefa de falseamento de idéias e distorções de julgamento, através de obsessiva repetição de *slogans* de intimidação, certos sem dúvida, de que a repetição é a mais importante das figuras de retórica.

Nessa estranha linguagem, aquêles que desejam o desenvolvimento econômico, na moldura de uma sociedade democrática, pregando a cooperação entre as classes e não a luta de classes, e

abertos à cooperação internacional para evitar a repressão do consumidor, são chamados de «reacionários» e «entreguistas; e os que almejam implantar o totalitarismo da esquerda, muito menos benéfico à grande massa trabalhadora do que à oligarquia burocrática do partido, se intitulam «as forças populares de vanguarda», quando não pretendem, com trágica ironia, ser paladinos da «democracia popular». Alguns empresários que exploram o nacionalismo para proteger a sua ineficiência e preservar posições de monopólio, não hesitando para isso em apoiar e financiar a esquerda subversiva, passam a ser membros da «burguesia nacional progressista»; enquanto que outros, preocupados em absorver recursos e tecnologia externa, para reforçar nossa poupança e acelerar o desenvolvimento econômico, são acusados de «alienados» e «anti-nacionais». A agressão e a infiltração, para acorrentar os indivíduos e nações ao serviço da causa comunista, passam a ser descritos como «guerras de libertação nacional»; enquanto os países que preferem resistir a essa subjugação, para decidirem o seu próprio destino, estão arrolados como «vassalos do imperialismo ocidental». E que dizer da suprema deturpação semântica, segundo a qual os que desejam subordinar o nosso sistema de vida e escravizar nossas instituições a ideologias estranhas, passam a ser proprietários e árbitros do «nacionalismo»?

Não sei de obstáculo maior para correta compreensão dos problemas brasileiros do que a insinceridade na formulação desses problemas. Infelizmente, grande parte de nosso esforço tem sido despendido em combater preconceitos e distorções gerados por essa formulação intencionalmente errada de nossa realidade, em que se comprazem os inimigos do regime e da ordem jurídica do País. Durante anos, sabeis disso, o debate político brasileiro ficou circunscrito a pequeno elenco de idéias-fôrças que pareciam suficientemente claras para dirigir a nossa ação coletiva, julgar o esforço dos homens e decidir a nossa sorte como Nação. Poucos, muito poucos mesmo, foram os homens públicos que perceberam a maliciosa semântica que abria caminho à subversão institucional, contra a qual muitos lutavam. O objetivo era claro. Tratava-se de destruir primeiro a confiança nas instituições democráticas, para depois condená-las por obsoletas, retrógradas, anti-sociais. A

tática era simples. Consistia em ocultar os fundamentos reais da crise para que esta se agravasse e assim contribuisse para dar credulidade às falsas explicações tendenciosamente formuladas. Era necessário intoxicar a opinião pública por meio da falsidade de dados e análises a fim de que o povo reagisse apenas contra os efeitos e esquecesse as causas reais de suas dificuldades. Essa retórica da desagregação institucional precisa ser decomposta e meditada por quantos, como vós, têm responsabilidade definida na condução do processo político, econômico e social brasileiro. Pois, meus caros amigos, não basta combater a subversão institucional e a corrupção moral; é necessário, também, combater a corrupção semântica, que distorce a realidade dos fatos e procura nos impedir a visão objetiva e racional de nossos deveres e de nossas responsabilidades.

Tomemos, para início dessa análise, a raiz de toda a deformação de conceitos e de juízos. Nela encontraremos duas idéias, dois objetivos, que constituem, e devem constituir, de fato, a motivação mais profunda de todos os brasileiros: a soberania nacional e o desenvolvimento econômico. Quem aspira a uma, aspira a outra dessas finalidades, pois não poderá conceber a soberania nacional construída sobre humilhante dependência econômica. É, portanto, no campo econômico que as decisões de independência política se concretizam e fortalecem. Que assistimos, aqui, sobretudo a partir da metade da década passada, quando começou a se configurar o irreversível processo de industrialização do País? Por acaso o complexo político de esquerda passou a refletir igual confiança em nosso desenvolvimento e em nossa grandeza econômica testemunhada pelos empresários, nacionais e estrangeiros, empenhados em abrir novas frentes de trabalho e de produção? É preciso atentar para o justo momento em que surgiram, no campo político, certas teses e interpretações que, pretextando defender nossas riquezas e promover nosso desenvolvimento, nada mais representavam do que um dissolvente de nossa capacidade de afirmação econômica e da nossa decisão de libertação nacional.

Em suas linhas gerais, estas teses configuram uma realidade impossível de ser superada sem a mudança radical do regime e sem uma política de oposição aos interesses das democracias oci-

dentais. Elas descrevem um processo segundo o qual a estabilidade financeira é um instrumento de injustiça social, por exemplo, e, o comércio com os Estados Unidos uma forma de alienação de nossa soberania política e de nossas riquezas minerais. Tõda tentativa de ordenar a vida econômica e financeira do País sofria o anátema de ser submissão aos agentes do imperialismo internacional e, em particular, ao Fundo Monetário Internacional. Qualquer tentativa de aproveitar, em nosso País, a poupança externa, passava por ser concessão aos trustes internacionais. Qualquer experiência para racionalizar o aproveitamento dos recursos minerais do País, passava por ser uma forma de entreguismo desses mesmos recursos. A situação cambial do País refletia apenas o processo de espoliação de que estaríamos sendo vítimas por força de decisão criminosa das grandes potências imperialistas.

Durante dois anos, pelo menos, eis a filosofia dos que detiveram o govêrno. Não que a tivessem por convicção, mas por interesses que se somavam, na penumbra dos bastidores, aos interesses dos que desejam, permanentemente, solapar as instituições democráticas e subverter a ordem jurídica do País. Mas de onde vem, meus senhores, esta formulação e qual o seu sentido mais profundo?

Até julho de 1954 era possível identificar a sua origem e definir as suas intenções. Quem se der ao trabalho de folhear a revista «Problemas», órgão do Partido Comunista Brasileiro, encontrará, nos seus números de 1953, e começo de 1954, inteiramente formulada essa teoria da espoliação e do entreguismo. O grande entreguista, o grande vendido ao capitalismo internacional, o grande subserviente aos interesses norte-americanos, o grande defensor das estruturas arcaicas e obsoletas, o grande obstáculo à libertação dos trabalhadores nacionais, até julho de 1954, era nada mais nada menos que o ex-Presidente Getúlio Vargas. Em agosto, porém, ocorrido o dramático suicídio e divulgada a cartatamento, o Partido Comunista, que não faz opinião pública, mas sempre procura dela se servir, transforma o ex-presidente no simbolismo de sua própria campanha, no intérprete de suas próprias teses de falso nacionalismo, de acirramento da luta de classes e de hostilidade às democracias do Ocidente.

Daí por diante as teses da espoliação e do entreguismo se associaram à defesa da inflação e à denúncia das instituições para criar o caos de que nos salvamos, em março de 1964.

Precisamos atentar para o sentido dêsse estranho conluio. É sabido ser o desenvolvimento econômico fruto da poupança e da acumulação de capital. Nenhum país, no estágio em que nos encontramos, pode prescindir de um esforço tenaz e mesmo de sacrifícios para aumentar a sua poupança interna e a sua capacidade de investimentos. O seu esforço e os seus sacrifícios serão minorados na intensidade e reduzidos no tempo, se puder associar à poupança interna a poupança externa. Ésse o sentido da colaboração internacional, que é preciso cultivar, não como prova de subserviência, mas como instrumento de progresso econômico, de justiça social e de libertação nacional. Por acaso, poderia isto interessar aos comunistas? Lógicamente, não. Daí todo o esforço das esquerdas, beneficiado pela falta de escrúpulos de políticos ambiciosos, em destruir o processo de acumulação interna de capital e de evitar o afluxo de poupanças externas para o nosso País.

A inflação foi o grande trunfo de que se valeram para acirrar a luta de classes na corrida entre salários e preços, para desequilibrar as finanças públicas e privadas, para substituir hábitos de poupança por hábitos de consumo perdulário, para desencorajar investimentos produtivos em favor de investimentos especulativos. Dizia-se que a inflação brasileira era um caso especial e que o nosso desenvolvimento dela dependia. Em 1962 e 1963, a inflação aumentava em têrmos geométricos e a economia estagnava e regredia. Em 1964 e 1965, logramos amortecer a taxa de inflação e a economia recomeça a crescer.

A tese da espoliação e do entreguismo foi o grande trunfo para intimidar a colaboração do capital estrangeiro. Lavrada a desordem interna e erguida a bandeira da hostilidade externa, as agências internacionais de crédito, os empresários estrangeiros e os países que podiam negociar conosco melhores financiamentos, muito naturalmente cuidaram de olhar outros rumos e de nos abandonar à nossa própria falta de sorte e de bom senso.

No esforço necessário de desintoxicação, pela destruição de mitos e construção de políticas racionais, passarei a analisar alguns aspectos da ação governamental, deturpados no calor de controvérsias, nem sempre honestas. Liquidemos de início a falsidade de que seja propósito do Govêrno, ou resultado inconsciente de sua ação, a «desnacionalização» das emprêsas pela sua «descapitalização».

Notemos primeiramente que o grande fator de descapitalização de nossas emprêsas foi precisamente a inflação, que o Govêrno vem combatendo dura e tenazmente. Inflação que compelia emprêsas a devotarem seus recursos, em parcela crescente, ao simples capital de giro, desencorajando investimentos fixos e de longa duração. Também dificultara o acesso ao crédito externo e debilitara o mercado financeiro, transformado em instrumento de especulação e não da mobilização da poupança. Ao contrário disso, de várias maneiras vem procurando o Govêrno reforçar a capacidade de capitalização das emprêsas. O sistema fiscal foi colocado em bases realistas, graças à corerção monetária dos ativos. No sistema anterior, lucros nominais destinados simplesmente a repor o capital de giro ou a permitir a substituição do equipamento, eram conceituados como lucros extraordinários obrigando as emprêsas a sonegar tributos ou a renunciar à reposição do equipamento e à manutenção do giro de negócios. Para várias indústrias essenciais foram permitidas generosas deduções do lucro tributável, a título de depreciação acelerada, a fim de encorajar a modernização do equipamento. Deu-se estímulo à compra de ações, de múltiplas maneiras: permitindo-se que uma parte do investimento em compra de ações pela pessoa física, seja deduzida da renda tributável; isentando-se de qualquer tributação dividendos, até 600 mil cruzeiros ao ano, distribuídos pelas sociedades de capital aberto; diminuindo-se o impôsto sôbre dividendos; permitindo-se às emprêsas emitir debêntures com correção monetária, para atrair poupanças do público. A faculdade de emissão de papéis corrigidos contra a inflação enseja pela primeira vez ao capital nacional instrumento de aplicação defendida contra a inflação a que sômente tenham acesso os capitais estrangeiros, através dos empréstimos em moeda estável. Essas medidas visam, a um tempo, aumentar a

capacidade de capitalização das empresas e democratizar o capital, tornando possível e atraente o investimento em ações. A nova lei do mercado de capitais, criando disciplina e garantias num mercado anteriormente entregue à desenfreada especulação, será instrumento de fortalecimento do empresariado nacional.

Aos que com um misto de má fé e ignorância acusam o Governo de atitudes favoráveis à desnacionalização das empresas, lembramos alguns fatos simples. A atual legislação do imposto de renda prevê um agravamento da carga fiscal para as empresas fechadas, induzindo portanto as empresas nacionais a se democratizarem e as estrangeiras a buscarem acionistas nacionais. A lei do mercado de capitais autoriza que se limite o acesso das empresas estrangeiras fechadas ao mercado de crédito interno, facilitando esse acesso na medida da participação de capitais nacionais. Na aprovação de projetos da indústria química terão preferência as empresas brasileiras e as firmas abertas à participação de capitais nacionais.

Na utilização de recursos internacionais, até há pouco quase inacessível às empresas nacionais, dada a desmoralização cambial do País, introduziram-se duas inovações importantes. De início, o Governo procurou obter empréstimos não para seu próprio uso, mas para repasse à iniciativa privada, através de uma nova instrumentação de desenvolvimento constituída pelo FINAME, o Fundo de Democratização do Capital das Empresas, a Coordenação do Crédito Rural e o Fundo de Investimento na Pequena e Média Empresa, que em poucos meses de operação desembolsaram nada menos de 117 bilhões de cruzeiros. Em seguida o Governo insistiu com êxito em que nos empréstimos internacionais negociados com o Banco Interamericano, o Banco Internacional, o Banco Alemão de Reconstrução e outras instituições financeiras, os recursos não se destinassem exclusivamente ao equipamento importado, mas pudessem ser utilizados, pelo menos parcialmente, para compra de equipamento e serviços no País.

Mencionarei agora três atitudes governamentais, todas representando contribuições práticas para o desenvolvimento do País, mas acusadas de «alienadas e entreguistas» pelos retóricos da

desintegração nacional, com um misto de desfaçatez e desinformação.

O primeiro problema é o da nacionalização das empresas elétricas da American & Foreign Power. Trata-se de compromisso assumido pelo anterior Governo, a que meu Governo deu cumprimento, não só por que a imagem de um País responsável deve ter continuidade no tempo, e sua palavra, quando empenhada, independe dos homens e das vicissitudes administrativas, mas também por ter concluído, após maduro exame, que, com alguns aperfeiçoamentos, a transação era consentânea com os interesses nacionais. Os fatos são simples e claros.

A negociação foi empreendida com competência e honestidade. O valor negociado pelo acervo foi considerado, em pericia internacional feita por reputada empresa técnica sueca, substancialmente inferior ao valor real das instalações, acrescentando que o pagamento se efetuará em 25 anos, com 3 anos de carência. Esse pagamento será a rigor alongado para 40 anos, em vista de compromisso de reinvestimento parcial das prestações recebidas, em obrigações da ELETROBRÁS. Antes mesmo de efetuarmos o pagamento do sinal de 10 milhões de dólares, já havíamos recebido do Governo norte-americano um empréstimo a longo prazo de 24 milhões de dólares. Destinava-se à compra de seis geradores a serem instalados na represa de Peixoto — dois dos quais adquiridos à indústria nacional — permitindo-nos, antes mesmo de pagarmos a primeira prestação, ver mais do que duplicadas, a um custo extremamente baixo por quilowatt instalado, a potência da Usina de Peixoto na fronteira Rio-São Paulo, cuja contribuição será vital para evitar racionamento na área industrial de São Paulo, e a receita das empresas agora incorporadas ao patrimônio da ELETROBRÁS.

Repete-se, com singular desonestidade intelectual, que compramos ferro-velho. Entretanto, nada menos de 70% das instalações e equipamentos foram construídos após a segunda guerra mundial, sendo, pois, contemporâneas ou mais novas do que instalações básicas de Paulo Afonso, que ninguém consideraria obsoletas; pela parte restante foi pago apenas um valor residual, depois

de aplicados severos descontos pela depreciação. Outra verdade rudimentar, também esquecida, é que os pagamentos efetuados pela compra do acêrvo representarão gasto de divisas muito inferior às remessas de juros e dividendos, a que a empresa teria direito, pela simples tarifa legal resultante do Código de Águas e da legislação subsequente de correção monetária dos ativos.

O mais estranho é compararmos o que aqui ocorreu com o acontecido em outros países. Realmente a nacionalização de empresas de energia elétrica, pela aquisição de subsidiárias da American & Foreign Power, efetuou-se, em condições menos favoráveis do que as nossas, no México, na Argentina e na Colômbia, sendo em todos êsses países considerada operação de sadio nacionalismo, por transferir para mãos nacionais o contrôle de um importante segmento de capacidade energética. Onde, pois, a sinceridade dos que fazem praça de um nacionalismo de dois pesos e duas medidas? Ainda mais: a transação foi aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional e esmiuçada, em todos os aspectos, pelo Congresso Nacional, que a endossou por maioria absoluta. É tempo, pois, de cessarem maliciosas e impatrióticas acusações, que só beneficiam os retóricos da desintegração nacional.

Outro problema em relação ao qual precisamos pensar com realismo e clareza é o da política de exploração e exportação de minério de ferro. O bom entendimento da questão exige o reconhecimento de certos fatos fundamentais, que não está ao nosso alcance alterar. O minério de ferro é produto abundante no mundo, registrando-se contínua incorporação de novas áreas produtoras, daí resultando um mercado de aguda competição entre empresas e entre países. As reservas minerais só deixam de ser matéria inerte quando encontram mercado; como o nosso mercado interno, por mais que cresça o parque siderúrgico, jamais absorveria senão pequena fração das enormes jazidas de que dispomos, a conversão dessa matéria inerte em riqueza estará na direta proporção do nosso acesso ao mercado internacional. A tecnologia do processamento e concentração de minérios pobres tende, além disso, a enfraquecer a tradicional vantagem brasileira de minério de alto teor. O surgimento de competidores do aço — como os plásticos,

os não ferrosos — aconselham urgência na exploração do minério de ferro, se quisermos aproveitar ao máximo a receita de divisas como fonte do desenvolvimento econômico. Finalmente, as usinas estrangeiras de aço, para assegurarem tranquilidade de suprimento, preferem comprar em países onde possam escolher entre várias fontes de abastecimento. E também importante é manter-se aberta a possibilidade de associação entre fornecedores e consumidores, a fim de conseguir mercados cativos. Nesse contexto cumpria-nos formular e executar uma política de minérios.

Através de consultas e negociações com os principais exportadores, chegou-se a uma formulação racional, destinada a obter o máximo possível de vantagens para a economia nacional, sem impedir a colaboração de exportadores estrangeiros, cuja atividade nos é útil, seja porque adicionem à nossa capacidade de investimentos, seja pelas conexões de mercado que possuem.

Baseada num nacionalismo construtivo, a política de minérios estabelece que os terminais privados de exportação devem ser construídos sem ônus para o Govêrno, a êle revertendo independentemente de indenização, após um prazo razoável para assegurar a amortização do investimento. Obriga as emprêsas estrangeiras a abrirem-se à participação de acionistas nacionais, na proporção mínima de 40%; comprometendo-se aquelas a reinvestir no País, em atividades de industrialização e processamento de mineirais, ou em outros campos básicos escolhidos pelo Govêrno, a totalidade de seus lucros nos primeiros cinco anos e os que excederem de 12% em período subsequente. Devem também assegurar plena utilização à atual capacidade do pôrto do Rio de Janeiro, efetuando, por sua própria conta, as inversões em equipamento e ramais ferroviários, ou financiem a Rêde Ferroviária Federal S. A., que fará os investimentos. Outrossim, mediante entendimento colocarão à disposição da indústria siderúrgica nacional as reservas minerais em excesso do necessário à exportação.

O Govêrno, por seu lado, daria todo o apoio à expansão do Vale do Rio Doce, enunciando como política básica que a exportação pelas companhias privadas deveria adicionar-se à do Vale do Rio Doce e não substituí-la, ficando reservada às emprêsas

estatais o acesso aos estabelecimentos nacionais de crédito. De-tém o Govêrno instrumentos adequados de contrôle: o licenciamento de exportação e a verificação de preços através do Ministério de Minas e Energia; o contrôle de transportes através da Rêde Ferroviária; o licenciamento de construção de embarcadouros através do Ministério da Viação. Essas condições, bastante mais severas que as impostas por países nossos competidores, que se satisfazem com o aumento da receita de divisas e o surto de atividades econômicas inerentes à expansão da produção nacional, protegem adequadamente o interêsse nacional. Desde o estabelecimento do decreto sôbre a política de minérios, registrou-se evolução ainda mais favorável. A principal emprêsa estrangeira, que desejava efetuar vultosos investimentos no Brasil, a Mineração Novalimense, controlada pela Hanna Co., acaba de associar, como parte minoritária, a tradicional emprêsa brasileira, a Indústria e Comércio de Minérios S.A. Dessa associação surgirá nova companhia, sob comando brasileiro, que controlará as jazidas, efetuará a exportação e já vai iniciar um programa industrial de politização de minérios, associando-se a Volta Redonda e outras emprêsas consumidoras e podendo eventualmente lançar-se no campo da siderurgia pesada. Obteremos, assim, o benefício da experiência tecnológica, dos contatos de mercado e da capacidade de mobilização de financiamentos da Hanna Mining Co., enquanto o contrôle majoritário de todo o complexo usina-embarcadouro-industrial permanecerá sob direção nacional.

O terceiro tópicó, objeto também de confusão deliberada, diz respeito ao acôrdo de garantias de investimento concluído com os Estados Unidos, ao qual se seguirá, se obtivermos a aceitação de alguns pontos a que atribuímos fundamental importância, um acôrdo semelhante com a Alemanha Ocidental.

As discussões no Congresso Nacional, que aprovou o acôrdo, após exaustivo debate, deveriam ter bastado para esclarecer a opinião pública nacional. Como persistem ainda tentativas de falseamento, acrescentarei aqui breves comentários.

Em primeiro lugar, o Brasil nada garante. É o Govêrno norte-americano que, contra o pagamento de uma taxa, garante

seus próprios investidores contra riscos não comerciais, da mesma forma que o Governo brasileiro, em legislação recentemente aprovada, instituiu unilateralmente um sistema de seguro de exportação em favor dos exportadores brasileiros, que dificilmente poderiam vender equipamento a prazo, sem se protegerem contra a inconversibilidade cambial e os riscos políticos nos países vizinhos, que são os principais importadores de nossas manufaturas.

A inovação no caso é que o Governo norte-americano se obriga a consultar o Governo brasileiro antes de emitir apólices de seguro, exercendo portanto o nosso Governo um direito de veto em relação aos investimentos que julgue conveniente desencorajar. Nenhuma outra obrigação assume o Governo brasileiro do que estender à agência norte-americana, que honrar o seguro, os mesmos direitos, nem mais nem menos, a que fazia jus o investidor privado dentro das leis brasileiras. Longe de sacrificarmos nossa soberania, é o Governo norte-americano que aceita ajustar-se às regras do direito privado, aplicáveis no Brasil aos investidores, somente reassumindo sua posição soberana, no caso de denegação de justiça. Somente nessa hipótese, reconhecida por longa tradição de direito internacional, caberia arbitramento entre os dois Governos, se falhassem negociações conciliatórias, e esse arbitramento se faria nos termos do Acôrdo Geral Inter-americano de arbitramento, que está em vigor desde 1929, sem qualquer moessa à nossa soberania.

O interêsse dos investidores estrangeiros em acordos de garantia é infeliz consequência do anterior período de xenofobia demagógica, durante o qual ocorreram várias desapropriações litigiosas, sem o pagamento da justa indenização prevista na Constituição e nas leis, gerando compreensível suspeita sobre a eficácia dos remédios legais. Não fôra êsse desastroso hiato na tradição brasileira de respeito aos contratos e de honesto julgamento dos direitos de propriedade, e o instituto do seguro de investimento seria uma opção supérflua.

Registremos a utilidade da medida tomada. Durante as negociações do acôrdo, os pedidos de investidores norte-americanos, interessados em aplicações no Brasil, totalizavam 150 milhões de

dólares. Posto em execução inicial o Acôrdio, a Agência de Desenvolvimento Internacional já recebeu pedidos no montante de 250 milhões de dólares para investimentos em equipamento de transporte, indústria química, eletrônica e comunicações e metalurgia — indústrias tôdas essenciais para a retomada do desenvolvimento e para a criação de empregos produtivos — inadiável num país cuja população cresce em ritmo superior à nossa capacidade de gerar empregos exclusivamente com a poupança interna.

Ainda que não tenhamos chegado a acôrdio formal com o Govêrno da Alemanha Ocidental, resolveu êle aplicar unilateralmente, sem qualquer obrigação de nossa parte, um sistema de seguro de investimento, sendo superior a 400 milhões de marcos o volume de pedidos de investidores alemães que desejam efetuar novas inversões ou ampliar suas instalações no Brasil.

Tudo isso indica as potencialidades redescobertas da economia brasileira, agora que praticamos uma política econômico-financeira de objetivos claros e definidos. O País sabe o que quer, o que pode fazer e para onde vai. Não se perde na recriminação fútil e na angústia vazia.

Espero ter contribuído, com esta análise, para que tenhamos idéias claras e distintas sôbre problemas de investimentos e desenvolvimento econômico, sem o misto de desinformação e desfaçatez a que se entregam os retóricos da desagregação.

Permiti formular uma pergunta. Pode ser nacionalista comportamento que nos condena à miséria e à conseqüente subversão, e que, em nome do nosso desenvolvimento e da nossa emancipação econômica, asfixia a nossa capacidade de poupança e de aproveitamento de recursos internos e externos? Mais do que agressão ao Govêrno, considero atentado às instituições democráticas brasileiras a tentativa de ressurreição dêsses velhos *slogans* e dessas suspeitas interpretações da nossa realidade. Ninguém nos dará lições de nacionalismo. Muito menos quem pretende usar apenas a fachada dos interêsses nacionais para acobertar a demolição do regime e das instituições democráticas brasileiras.

Não deixarei, portanto, que atos do meu govêrno sirvam de pretexto para o exercício dessa retórica da desagregação econô-

mica e institucional. A nossa grandeza é o nosso objetivo; a nossa independência, o nosso rumo. O nosso desenvolvimento e a nossa independência serão assegurados pelo trabalho e pelo sacrifício, não pelo despeito e pelo desperdício. Cultivemos, portanto, o orgulho que se fundamenta no que fazemos e construímos — que já é muito e será ainda muito mais — em lugar do ressentimento que se baseia na frustração do que os outros deixaram de fazer por nós.

Cabe-me agora congratular-me convosco pelo feliz término d'êste curso. Nêle, estou certo, tereis bem aprendido a compreender e defender os altos objetivos do Brasil, ponto de encontro de todos nós, que fazemos da grandeza nacional escôpo de todo o nosso trabalho.